SUBSTITUTIVO N.º 2 AO PROJETO DE LEI N.º 59/2018

Altera dispositivos na Lei Complementar n.º 3, de 14 de junho de 1991, que "institui o Código de Posturas do Município de Unaí — Estado de Minas Gerais".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

passa a vigor	Art. 1° O inciso V do artigo 79 da Lei Complementar n.° 3, de 13 de junho de 1991, ar com a seguinte redação:
	"Art.79
	V - de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, sendo que a utilização de fogos artefatos pirotécnicos que causem poluição sonora como estouro e estampidos, não assar o limite de 65(sessenta e cinco) decibéis no Município de Unaí."(NR)
seguintes par	Art. 2° Fica acrescentado ao artigo 79 da Lei Complementar n. 3, de 1991, os ágrafos, renumerando o parágrafo único para parágrafo 1°:
	"Art.79
	§ 2° A proibição à qual se refere o inciso V deste artigo estende-se a todo o

- Município, em recintos fechados e ambientes abertos, em áreas públicas e locais privados.
- § 3° Para classificação de poluição sonora contida no inciso V deste artigo, serão consideradas as recomendações da NBR 10.151 e NBR 10.152, ou as que lhe sucederem." (NR)
 - Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Unaí, 28 de novembro de 2018; 74° da Instalação do Município.

VEREADOR VALDIR PORTO Líder PTB

JUSTIFICATIVA

A justificativa do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei 59/2018, ora apresentado por

este Vereador, tem por finalidade dar um respaldo quanto à legalidade e constitucionalidade da

matéria, visto que a Proposição anteriormente protocolada não correspondeu ao objetivo a ser

atingido pela norma.

A matéria proposta está em consonância com os julgados proferidos pelos tribunais,

no que tange a possibilidade de se estipular e adequar o atual Código de Posturas com o intuito de

não proibir a utilização dos fogos e artefatos pirotécnicos, e sim, somente, limitar o nível de

decibéis dos ruídos emitidos.

Em pesquisa a outros municípios percebe-se que a matéria em questão foi

devidamente aceita sem causar nenhum prejuízo no que se refere a violação aos princípios da

legalidade, moralidade e o da livre iniciativa.

Diante do exposto, espero contar com o respaldo dos eméritos Pares, para a

aprovação da presente proposição.

Unaí, 28 de novembro de 2018; 74° da Instalação do Município.

VEREADOR VALDIR PORTO Líder PTB

3